

Relator da CPI dos Táxis, Tiago Silva propõe mudanças na lei que regulamenta o trabalho da categoria

Foi concluído, após mais de 100 dias de trabalho, o relatório da CPI dos Táxis, que apurou denúncias contra o sistema de táxi de Florianópolis. Com mais de 7 mil páginas de anexo, o documento final comprovou que um único taxista administrava 79 placas de táxi, o que correspondia a 17 da frota. Também foi constatado a transferência ilegal da concessão de 15 placas e outros 11 permissionários que não têm carteira de habilitação.

“De imediato pedimos à prefeitura que suspendesse as 93 placas identificadas com irregularidades e abrisse processo administrativo com direito de defesa. Desta forma, garantiremos a população de Florianópolis a disponibilidade deste serviço dentro dos rigores da lei e da moralidade pública” destacou o relator da CPI, Tiago Silva.

Outro forte indício de gerenciamento de placas foram as quase 60 ações trabalhistas que os integrantes da CPI tiveram acesso. Todas são de motoristas.

“Em várias ações os motoristas informam que dirigiam carros de licenças diferentes e testemunhas também afirmaram em depoimento que trabalhavam para a frota de uma só pessoa. Várias permissões têm como endereço uma oficina especializada em atender taxistas”, acrescentou Tiago Silva, que também pediu providências em relação aos servidores públicos envolvidos no esquema.

Ministério público acompanhou o trabalho

O Ministério Público de Santa Catarina ajuizou uma ação civil pública pela suspensão de 79 placas de táxi em Florianópolis, conforme irregularidades constatadas pela CPI dos Táxis. De acordo com o promotor da Moralidade Administrativa, Geovani Tramontin, este número poderia aumentar conforme os desdobramentos das investigações. O promotor também abriu denúncia contra dois ex-secretários municipal de Transportes.

Prefeitura confirmou fraude

A prefeitura da capital acatou o parecer da Procuradoria Geral do Município que recomendou a cassação de 76 das 93 placas após uma avaliação no relatório da CPI. O que impediu a retirada imediata dos táxis irregulares foi a falta de processo licitatório em andamento que pudesse suprir a necessidade de táxis em Florianópolis.

“O ideal é que, uma vez reconhecida a ilegalidade, a cassação seja imediata e ponha fim ao problema. Só que a população não pode pagar a conta e ficar sem o serviço”, concluiu o promotor Geovani.

Projeto regulariza trabalho dos taxistas

Por meio de um Projeto de Lei Complementar (PLC), que alterou a Lei 085/2001, que regulamentava o serviço de táxi na cidade, Tiago Silva criou a Lei do taxistas, que obriga os

permissionários a estabelecerem relação trabalhista, impedindo que um permissionário contrate mais de um taxista, criando, desta maneira, vínculo empregatício com a assinatura da carteira de trabalho do auxiliar.

“ Será o fim da máfia dos táxis, já que uma pessoa não poderá ter mais de um táxi e mais de dois motoristas vinculados”, explicou Tiago na ocasião.

A garantia virá através de contrato na carteira de trabalho do auxiliar. Além de exigir a carteira assinada, o projeto prevê o recolhimento do INSS.

Táxi flagrado com droga será retirado de circulação

Outra proposta do vereador Tiago Silva é que os táxis flagrados transportando drogas ou pessoas portando drogas ilícitas tenha seu alvará cassado.

“ Durante o trabalho da CPI dos Táxis, tivemos acesso a investigações da polícia que comprovam o uso de táxis para o tráfico de drogas. Este é um problema corriqueiro uma vez que, ao estar no táxi, o portador da droga sabe que dificilmente será parado ou revistado pelas autoridades”, enfatizou Tiago.

Confira parte das recomendações feitas por Tiago Silva:

- Regular a carga horária dos motoristas em 36 horas semanais, com escala de serviço.
- Elaborar cronograma fixo de treinamento e acompanhamento médico e psicológico.
- Alterar a lei contemplando a abertura da arrecadação e demais planilhas de custos das permissões, conforme a Lei da Transparência.
- Cumprir a Lei Complementar 085/2001: identificação do condutor da permissão com foto.
- Incluir na lei penalidade de cassação da permissão que comprovadamente tenha sido utilizada no tráfico e/ou consumo de drogas.
- Implantar controle biométrico.
- Abertura de processo licitatório para 200 táxis.
- Implantar GPS para localização do táxi pelo gestor e usuários.
- Regular por projeto de Lei Complementar a atividade de veículos de transporte turístico.
- Intervenção na Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana para correção das rotinas de trabalho e adequação de procedimentos à legislação vigente no que diz respeito às concessões de táxis.
- Encaminhar à câmara regulamentação para que a fiscalização dos transportes possa ser realizada também pela Guarda Municipal.

- Anular as transferências irregulares e abrir processo administrativo para direito de defesa e consequente cassação de 15 permissões.

- Suspender e abrir processo administrativo para direito de defesa e consequente cassação de 11 permissões, por seus permissionários não terem carteira de habilitação.

- Suspender imediatamente e abrir processo administrativo para direito de defesa e consequente cassação referente as 79 permissões administradas por terceiros.